



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
XVII CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO**

**PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA**

**BELÉM, 25 DE JANEIRO DE 2009.**

**NOME DO(A) CANDIDATO(A):** \_\_\_\_\_

**NÚMERO DE INSCRIÇÃO:** \_\_\_\_\_



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
XVII CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO**

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO:**

- 1. LEIA COM ATENÇÃO AS QUESTÕES. QUALQUER DÚVIDA, DIRIJA-SE A UM DOS FISCAIS DE SALA.**
- 2. PREENCHA SEU NOME E SEU NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA CAPA DA PROVA.**
- 3. NÃO SERÁ PERMITIDA CONSULTA DE QUALQUER ESPÉCIE.**
- 4. O CARTÃO RESPOSTA É INSTRUMENTO FUNDAMENTAL, PELO QUE V. SA. DEVERÁ TER A DEVIDA CALMA E ATENÇÃO AO PREENCHÊ-LO, CERTIFICANDO-SE QUE A ALTERNATIVA FOI DEVIDAMENTE ASSINALADA, DE FORMA QUE TODO O CAMPO REFERENTE À ALTERNATIVA ESCOLHIDA (LETRA A, B, C OU D) SEJA INTEGRALMENTE PREENCHIDO.**
- 5. NÃO RASURE O CARTÃO RESPOSTA, POIS NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO.**
- 6. PREENCHA O CARTÃO RESPOSTA COM CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA OU AZUL.**
- 7. O PREENCHIMENTO DE MAIS DE UMA ALTERNATIVA PARA A MESMA QUESTÃO NO CARTÃO RESPOSTA ACARRETERÁ A PERDA DA QUESTÃO, AINDA QUE DENTRE AS ESCOLHIDAS TENHA SIDO ASSINALADA A CORRETA.**
- 8. NÃO SERÁ PERMITIDO AO CANDIDATO, EM QUALQUER HIPÓTESE, LEVAR O CADERNO DE PROVA, PELO QUE O MESMO DEVERÁ SER ENTREGUE AO FISCAL DE SUA SALA AO FINAL DA PROVA.**
- 9. A PROVA TERÁ A DURAÇÃO DE 05 (CINCO) HORAS.**
- 10. CADA QUESTÃO POSSUI, APENAS, UMA ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA EM CONFORMIDADE COM O COMANDO DE CADA QUESTÃO.**

**BOA PROVA !**

<b>I - DIREITO CONSTITUCIONAL</b>
-----------------------------------

1. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A afirmação de que a eficácia de uma Constituição importa criação de uma nova base para a ordem jurídica positiva gera a conclusão de que se o ato normativo anterior se exprimir por instrumento diferente daquele que a nova Constituição exige para a regulação de determinada matéria, deixará de permanecer em vigor e válido, mesmo que haja concordância material de seu conteúdo com a nova Carta.
- b) Pela doutrina da DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO a perda de validade da Constituição anterior, causada pela vigência de uma nova, não significa a perda de validade de todas as normas contidas na Constituição anterior.
- c) A teoria da DUPLA REVISÃO visa possibilitar que os conteúdos protegidos pelas "cláusulas pétreas" sejam modificados por intermédio de Emenda Constitucional.
- d) A questão de saber se o ato normativo anterior à nova Constituição, que com ela não guarde compatibilidade, padecerá de inconstitucionalidade superveniente ou estará revogado, possui relevância prática. Afinal, se for o caso de revogação os tribunais não precisarão de *quorum* especial para afastar a incidência do ato normativo no caso concreto.

2. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. A noção de supremacia da Constituição é oriunda de dois conceitos essenciais: **1.** a idéia de superioridade do Poder Constituinte sobre as instituições jurídicas vigentes e **2.** A distinção entre Constituições Rígidas e Flexíveis.
- II. A consagração no Direito Brasileiro, em face de decisões reiteradas do Supremo Tribunal Federal, da tese de absoluta impossibilidade de existência de normas constitucionais inconstitucionais, é consequência direta da aplicação do postulado/princípio da unidade da Constituição.
- III. Pelo princípio/postulado da harmonização não se deve atribuir a um princípio ou regra constitucional um significado tal que resulte ser contraditório com outros princípios ou regras pertencentes à Constituição. Também não se lhe deve atribuir um significado tal que reste incoerente com os demais princípios ou regras.
- IV. As mutações constitucionais decorrem da conjugação da linguagem constitucional, polissêmica e indeterminada, com fatores externos, de ordem econômica, social e cultural que a Constituição pretende regular, mas que, de modo dialético, interagem

com ela, podendo produzir efeitos na concretização do conteúdo das normas constitucionais, sem jamais, todavia, ultrapassar as possibilidades semânticas do texto constitucional escrito.

- a) Apenas a afirmação II está incorreta.
  - b) Apenas a afirmação III está incorreta.
  - c) Apenas a afirmação IV está incorreta.
  - d) Todas as afirmações estão corretas.
3. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Um dos grandes óbices que coube ao Poder Judiciário brasileiro contornar para o efetivo exercício da jurisdição constitucional consistiu nas denúncias formais de “crimes de hermenêutica” ou “crimes de dissídio jurisprudencial”, de que foram acusados alguns magistrados por terem declarado inconstitucionais determinadas normas jurídicas.
  - b) Há uma coincidência no constitucionalismo brasileiro no que tange à introdução de direitos sociais (chamados fundamentais de segunda geração) e a introdução da técnica de controle concentrado de constitucionalidade, ambos instituídos em textos constitucionais pela Constituição de 1934.
  - c) O Supremo Tribunal Federal, recentemente, vem resgatando a natureza mandamental, e não apenas declaratória, do mandado de injunção, salientando caber ao Judiciário não apenas emitir certidão de omissão do Poder incumbido de regulamentar o direito a liberdades constitucionais, mas viabilizar, no caso concreto, o exercício desse direito, afastando as conseqüências da inércia do legislador.
  - d) Em decorrência da possibilidade de flexibilização dos efeitos da decisão que julga a Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental, no Brasil, a lógica predominante no controle de constitucionalidade é a da presunção da constitucionalidade das normas jurídicas, pelo que, via de regra, os efeitos da decisão de inconstitucionalidade – quer na técnica difusa/concreta, quer na concentrada/abstrata – revelam natureza constitutiva.
4. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Há grande controvérsia doutrinária acerca do alcance subjetivo das decisões de mérito proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade ou Ação Declaratória de Constitucionalidade, na medida em que o texto constitucional pátrio não o regula de

modo expreso, especialmente no que se refere às decisões de improcedência de ambas as ações.

- b) Encontra-se assentado por jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que o efeito vinculante, no julgamento dos processos objetivos de controle normativo abstrato de constitucionalidade, deverá abranger também os princípios dimanados da parte dispositiva e dos fundamentos determinantes sobre a interpretação da Constituição.
  - c) O Poder Legislativo não terá qualquer de seus atos alcançados pelos efeitos da súmula vinculante emanada do Supremo Tribunal Federal.
  - d) A Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental autônoma é instrumento processual de natureza subsidiária. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, de início, identificou a subsidiariedade como inexistência de qualquer outro meio ou recurso, quer objetivo, quer incidental, à disposição do autor da Arguição. Posteriormente, todavia, a mesma Corte passou a identificar a subsidiariedade apenas no que tange aos mecanismos de controle objetivo/abstrato.
5. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Para que seja realizada limitação material a Direito Fundamental, que requeira restrição legal qualificada, mister que a lei limitadora efetivamente alcance a finalidade, o objetivo ou o requisito almejado pelo legislador Constituinte.
  - b) O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o que ficou conhecido como Caso “Ellwanger”, enfrentando a colisão entre a liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana, assentou que a autonomia do pensamento revela proteção à tirania imposta pela necessidade de adotar-se sempre o pensamento politicamente correto, pelo que o direito à livre expressão abriga, inclusive, manifestações de conteúdo imoral que impliquem em ilicitude penal.
  - c) Com relação ao devido processo legal, o Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência no sentido de ser inadmissível o uso de prova ilícita, mesmo em caso de ser reconhecida e objetivamente impossível a obtenção da prova por intermédio de meios legais.
  - d) No que tange à vinculação de particulares aos Direitos Fundamentais, o Supremo Tribunal Federal entende ser necessário o exercício do Direito à Ampla Defesa mesmo em processos sancionatórios movidos por associações de caráter privado.
6. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os órgãos públicos independentes carecem de legitimidade ativa para impetrarem Mandado de Segurança, na medida em que a Constituição atual não prevê tal hipótese.
  - b) A impetração de Mandado de Segurança Coletivo por entidades de classe em favor de seus associados, independe da autorização destes, na medida em que a legitimidade de tais entidades é extraordinária consistindo em caso de substituição processual.
  - c) Em que pese o teor da súmula 267, do Supremo Tribunal Federal, que afirma não caber Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição, é certo que o próprio STF, abrandando a rigidez da referida súmula, tem admitido o *mandamus* quando, do ato judicial impugnado, puder resultar dano irreparável, desde logo cabalmente demonstrado.
  - d) Não obstante seja, de regra, a pessoa jurídica de direito público a parte passiva legitimada para ação de mandado de segurança, admite-se, em exceção, figure no pólo passivo o seu representante judicial, cujo ato é impugnado na causa.
7. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:
- I. A competência legislativa estadual concorrente compreende a competência não-cumulativa ou suplementar e a competência cumulativa. Na primeira hipótese, existente a lei federal de normas gerais, poderão os Estados e o Distrito Federal preencher os vazios da lei federal de normas gerais, a fim de afeiçoá-la às peculiaridades locais; na segunda hipótese, poderão os mesmos Entes, inexistente a lei federal de normas gerais, exercerem a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades. Sobrevindo a lei federal de normas gerais, suspende esta a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
  - II. É da competência exclusiva da União legislar sobre trânsito e transporte, sendo necessária expressa autorização em lei complementar para que a unidade federada possa exercer tal atribuição.
  - III. A decisão de tribunal de justiça que determine a intervenção estadual em município pode ser desafiada por via de Recurso Extraordinário.
  - IV. Os Municípios situados no âmbito dos Estados-membros não se expõem à possibilidade constitucional de sofrerem intervenção decretada pela União, eis que a única pessoa política ativamente legitimada a neles intervir é o Estado-membro.
    - a) Apenas a alternativa I está incorreta.
    - b) Todas as alternativas estão corretas.
    - c) Apenas a alternativa III está incorreta.

d) Apenas a alternativa IV está incorreta.

8. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa paraense de projetos subscritos por, no mínimo, meio por cento do eleitorado do Estado do Pará. Se for projeto de Emenda à Constituição, os subscritores devem estar distribuídos, pelo menos, por dez Municípios. Se for projeto de lei, no mínimo, por cinco Municípios, sendo necessário, em qualquer hipótese, o mínimo de três décimos por cento dos eleitores de cada Município.
- b) É de competência privativa do Governador do Estado do Pará a iniciativa de leis que disponham sobre a criação de cargo, função ou emprego para todos os servidores públicos do Estado.
- c) A Lei orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Pará deve, necessariamente, ter a forma de Lei Complementar.
- d) O veto à projeto de lei paraense, será apreciado dentro de trinta dias, a contar de seu recebimento, pela Assembléia Legislativa, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em escrutínio secreto. Passado referido prazo, sem votação, a pauta legislativa da Assembléia ficará sobrestada até votação final do veto.

9. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**, no que tange à Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Cessada a atividade que deu origem à gratificação extraordinária, cessa igualmente a gratificação, não havendo falar em direito adquirido, tampouco, em princípio da irredutibilidade dos vencimentos.
- b) Em caso de agressão praticada por policial, com a utilização de arma da corporação militar, o Estado apenas poderá ser responsabilizado se for comprovado que o policial estava, no momento do ato, em serviço.
- c) A nomeação de cargos de natureza política está incluída nas proibições elencadas pela Súmula Vinculante No. 13, que veda a prática do nepotismo em qualquer dos Poderes de todos os Entes Federados no Brasil.
- d) O candidato aprovado não classificado em concurso público tem preferência de nomeação em relação a aprovado em concurso posterior, sobretudo se o novo certame tenha sido realizado no prazo de validade do certame anterior.

10. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A competência originária do Supremo Tribunal Federal, não comporta a possibilidade de ser estendida a situações que extravasem os limites fixados, em *numerus clausus*, pelo rol exaustivo inscrito na Constituição Federal.
- b) Os mecanismos ínsitos ao controle abstrato de constitucionalidade são válidos para ensejar a submissão das normas orçamentárias ao crivo do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Supremo Tribunal Federal admite que se possa pleitear a inconstitucionalidade de determinado ato normativo na ação civil pública, desde que *incidenter tantum*. Veda-se, no entanto, o uso do aludido instrumento para alcançar a declaração com efeitos *erga omnes*.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei estadual em face de norma da Constituição do Estado, que constitui repetição de dispositivo da Constituição Federal.

11. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) À Procuradoria Geral do Estado compete a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado, inclusive em processos judiciais e administrativos que envolvam matéria tributária e fundiária.
- b) Compete aos Procuradores do Estado preparar informações em mandado de segurança quando a autoridade coatora for integrante da administração direta do Estado.
- c) É vedado aos Procuradores do Estado, que ingressarem na carreira a partir do ano de 2009, o exercício da advocacia particular.
- d) É vedada aos Procuradores do Estado a participação em sociedade comercial.

12. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Há projetos de Lei que não necessitam ser votados no Plenário das Casas do Congresso Nacional, podendo ser discutidos e votados no seio das próprias Comissões Parlamentares.
- b) A Medida Provisória não pode ser emendada no Congresso Nacional.
- c) Os requisitos constitucionais de relevância e urgência, legitimadores da edição de Medida Provisória, apenas em caráter excepcional se submetem ao crivo do Poder Judiciário, por força da regra da separação de poderes.
- d) A revogação de Medida Provisória (MP) por outra MP apenas suspende a eficácia da norma ab-rogada, que voltará a vigorar pelo tempo que lhe reste para apreciação, caso caduque ou seja rejeitada a MP ab-rogante.



<b>II - DIREITO ADMINISTRATIVO</b>
------------------------------------

13. Em relação à estabilidade no serviço público de acordo com a Constituição Federal vigente, é **CORRETO** afirmar:

- a) São requisitos simultâneos para a aquisição de estabilidade no serviço público três anos de efetivo exercício, aprovação em concurso público, nomeação para cargo de provimento efetivo, aprovação em avaliação especial de desempenho e declaração de idoneidade financeira.
- b) Gera para o servidor estável o direito a permanecer em disponibilidade, com remuneração integral, no caso de extinção do seu cargo, até seu aproveitamento em outro.
- c) Não impede a perda do cargo do servidor estável, quando forem suficientes outras medidas, na hipótese de verificar-se excesso de despesa com pessoal ativo em relação aos limites estabelecidos em lei complementar.
- d) Somente poderá ser adquirida pelos integrantes das carreiras consideradas essenciais à administração da Justiça.

14. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. A pessoa jurídica, uma vez qualificada como organização social, poderá receber, do Poder Público, recursos orçamentários e bens, móveis ou imóveis, necessários ao cumprimento do contrato de gestão, mediante concessão de uso, após o devido processo de licitação pública.
- II. Existem normas infraconstitucionais prevendo a possibilidade de autarquias e fundações receberem a qualificação de agências executivas desde que celebrem contrato de gestão com o respectivo Ministério Superior e tenham plano estratégico de reestruturação e desenvolvimento institucional, voltado para a melhoria da qualidade de gestão e para a redução de custos.
- III. As organizações sociais enquadram-se no que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado denomina de serviços exclusivos, que são aqueles que o próprio Estado realiza ou subsidia. O Estado tem interesse nesses serviços porque os considera de alta relevância para os direitos humanos ou porque envolvem economias externas.
- IV. Se a demissão de servidor público estável for invalidada por sentença judicial será ele reintegrado e o eventual ocupante de sua vaga, se estável, será reconduzido ao cargo

de origem, com direito à indenização, ou posto em disponibilidade com remuneração integral.

- a) Somente o item I é CERTO.
- b) Somente o item II é CERTO.
- c) Somente o item III é CERTO.
- d) Somente o item IV é CERTO.

**15.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

A Procuradoria Geral do Estado do Pará abriu uma licitação para aquisição de bens incomuns para o Órgão, um dos concorrentes foi inabilitado por não apresentar comprovação de requisito correspondente à regularidade fiscal. Inconformado, esse licitante ingressou com recurso contra a inabilitação, demonstrando claramente que a comprovação do requisito estava presente na documentação originalmente entregue. O recurso foi interposto fora do prazo legal, porém antes da abertura das propostas. A autoridade competente indeferiu o recurso por ter sido intempestivo, contudo decidiu pela anulação, de ofício, da inabilitação e determinou que o licitante fosse considerado habilitado e que suas propostas fossem abertas juntamente com as demais.

- a) Não foi correta a decisão da autoridade competente, uma vez que deveria ter julgado procedente o recurso, tendo em vista que invalidou a inabilitação.
- b) Correta a autoridade competente, haja vista ter atuado de acordo com o princípio administrativo da autotutela.
- c) O ato correto seria a revogação e não a anulação da inabilitação decidida pela autoridade competente.
- d) A autoridade competente não poderia invalidar de ofício o ato de inabilitação.

**16.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. Somente a União pode intervir no domínio econômico com o intuito de regularizar preços ou normatização do abastecimento, e nessa hipótese, contrata diretamente, por ser a licitação incompatível com a situação.
- II. Para contratação de concessões florestais exige-se a modalidade de licitação concorrência.
- III. De acordo com a Lei n. 8.666/93, o procedimento apropriado para alienar bens imóveis do Estado, cuja aquisição tenha decorrido de procedimento judicial ou dação em pagamento é concorrência ou leilão.

**IV.** A decisão das propostas há de ser feita de acordo com o critério fixado no edital, adotando-se o princípio do julgamento subjetivo.

- a) Estão corretos os itens II, III e IV.
- b) Os itens II e IV estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I, II e III.
- d) Todos os itens estão incorretos.

**17.** Tendo em vista o problema gerado pela superlotação dos estabelecimentos penais existentes, o Estado do Pará se propõe a construir um novo presídio. Em razão desse objetivo, a Secretaria de Obras do referido Estado indaga à Procuradoria Geral do Estado se poderia contratar, sem licitação, uma empresa pública municipal, criada em 1994, que tem como finalidade atender à realização de construções públicas para executar a obra do novo presídio, mesmo existindo empresa estadual criada por lei para execução de obras pública desde 1992.

Não obstante a divergência doutrinária, apenas com base nos termos do inciso VIII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, como Procurador do Estado você concluiria como resposta

**CORRETA:**

- a) Que é possível a contratação da empresa municipal, sem licitação, em decorrência da lei de licitações que prevê esta possibilidade para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, independente do momento de criação da empresa para o fim específico do serviço a ser prestado e do preço contratado.
- b) Que é possível a contratação da empresa municipal, sem licitação, em decorrência da lei de licitações que prevê esta possibilidade para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, porque foi criada em 1994, ou seja, depois da Lei n. 8.666/93.
- c) Que não é possível a contratação da empresa municipal simplesmente porque não faz parte da mesma órbita federativa do ente de direito público (Estado).
- d) Que não é possível a contratação da empresa municipal, sem licitação, em decorrência de ter sido criada em 1994 e sim da empresa estadual criada para esse fim desde 1992, ou seja, antes da Lei n. 8.666/93.

**18.** Analise as proposições abaixo e assinale a resposta **INCORRETA:**

- a) As medidas provisórias que, antes da conversão em lei, regulavam a matéria sobre a modalidade licitatória denominada pregão, determinavam que esta modalidade era adotada exclusivamente no âmbito da União Federal, sendo que somente a Lei 10.520, de 17/07/2002 estendeu aos demais entes da federação.
- b) O Estado do Pará, sensível à necessidade de acelerar o processo seletivo para contratações, tornou obrigatória a adoção da modalidade pregão eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da Administração Direta e Indireta.
- c) Sempre que ato ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição, será facultada a instauração de processo administrativo disciplinar.
- d) Com o intuito do servidor, que é alvo de processo disciplinar no Estado do Pará, não influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo determinou o afastamento do servidor do exercício do cargo pelo prazo de 40 dias sem prejuízo da remuneração. Agiu corretamente a autoridade tendo em vista a faculdade que lhe é concedida pela Lei 5.810/94.
19. No que tange à Desapropriação analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:
- I. Desaparecidos os motivos que provocaram a iniciativa do processo expropriatório, tem, o expropriador, o poder jurídico de desistir da desapropriação, inclusive no curso da ação judicial. Contudo, se já tiver havido pagamento parcial, ao menos, isso não será possível.
- II. Não há como acolher o pedido de desistência da ação apresentado pelo expropriante quando não for possível a restituição do imóvel, objeto da ação expropriatória, no estado em que se encontrava antes da imissão provisória, como, por exemplo, o imóvel, objeto da desapropriação, ter sido invadido por terceiros em virtude de negligência do autor da ação expropriatória.
- III. Havendo a incorporação do bem expropriado ao patrimônio público, se tiver sido nulo o processo de desapropriação, o proprietário não pode pretender o retorno do bem a seu patrimônio, tampouco postular indenização.
- IV. O prazo prescricional para propor ação que vise indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público extingue-se em cinco anos, de acordo com a legislação em vigor e jurisprudência pátria.

- a) Somente os itens I e III estão corretos.
- b) Os itens I, II e III estão corretos.
- c) Somente os itens I, III e IV estão incorretos.
- d) Os itens I, II e IV estão corretos.

20. Em relação à responsabilidade civil do Estado é **INCORRETO** afirmar:

- a) Um ato danoso causado pelo motorista de um órgão do Poder Judiciário enseja a responsabilidade civil objetiva do Estado, desde que presentes os pressupostos de sua configuração.
- b) Com o intuito de igualar, para fins de sujeição à teoria da responsabilidade objetiva, as pessoas de direito público e aquelas que, embora com personalidade jurídica de direito privado, executem funções que, em princípio, caberiam ao Estado, a Constituição Federal de 1988 inovou abrangendo nessa regra as empresas públicas e as sociedades de economia mista que se dedicam à exploração de atividade econômica.
- c) Tema de extrema relevância tem sido relativo à responsabilidade primária e subsidiária do Estado. Assim, se o dano for causado por funcionário de empresa que executa obra e serviço público por força de contrato administrativo, a responsabilidade do Estado será subsidiária.
- d) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, abrangidas pelo artigo 37, parágrafo 6 da Constituição Federal, têm o mesmo privilégio que têm as pessoas públicas no que toca à prescrição quinquenal de ações indenizatórias de terceiros em virtude de danos causados por seus agentes.

21. Das proposições abaixo, duas estão CORRETAS e duas INCORRETAS, analise-as e após assinale a resposta **CORRETA**:

- I. O instituto da coisa julgada, conceituado por alguns doutrinadores, é “a imutabilidade que adquire a prestação jurisdicional do Estado, quando entregue definitivamente”. A definitividade da decisão administrativa, quando ocorre, é relativa, porque pode ser ainda apreciada pelo Poder Judiciário, não podendo este, contudo, decidir de forma contrária à decisão proferida no âmbito administrativo.
- II. Prescrição administrativa, no conceito de certo doutrinador, é a situação jurídica pela qual o administrado ou a própria Administração perdem o direito de formular pedidos ou firmar manifestações em virtude de não o terem feito no prazo adequado. Todavia, a perda do prazo para interposição de recurso administrativo pelo administrado

caracteriza hipótese de decadência para parte da doutrina pátria, vez que provoca a perda da faculdade de recorrer.

**III.** Ocorrendo a prescrição administrativa, o interessado não poderá mais ingressar em juízo para alcançar seu objetivo, vez que a prescrição administrativa provoca a perda do direito de ação.

**IV.** No curso de um processo administrativo, de acordo com a legislação em vigor, se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado de súmula vinculante, deve a autoridade decisória, no caso de não a reconsiderar, consignar de forma explícita, os motivos da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, antes da remessa do recurso à autoridade superior.

**a)** Os itens I e III estão INCORRETOS e os itens II e IV CORRETOS.

**b)** Os itens I e II estão INCORRETOS e os itens III e IV CORRETOS.

**c)** Os itens I e IV estão INCORRETOS e os itens II e III CORRETOS.

**d)** Os itens II e III estão INCORRETOS e os itens I e IV CORRETOS.

**22.** Analise a proposição abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

O Estado do Pará resolveu vender a particulares área de terreno onde atualmente se localiza uma praça. O processo foi distribuído para elaboração de parecer com essa informação. Como Procurador do Estado você concluiria, acerca da venda, que:

**a)** Depende, além de outros requisitos, da desafetação do bem, por meio de lei, e da utilização do procedimento licitatório sob a modalidade leilão.

**b)** Não é possível por se tratar de bem de uso comum do povo por natureza.

**c)** Depende, além de outros requisitos, da desafetação do bem, por meio de lei, e da utilização do procedimento licitatório sob a modalidade concorrência.

**d)** Não é possível porque não pode deixar de ter essa destinação de praça.

**23.** A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. O dever do Estado de garantir a saúde consiste na reformulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças. Diante disso é **CORRETO** afirmar:

**a)** O Sistema Único de Saúde - SUS é constituído de um conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, não podendo a iniciativa privada participar em hipótese nenhuma.

- b) O dever do Estado exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
- c) Os convênios entre União, Estados e Municípios, celebrados para implantação dos sistemas unificados e descentralizados de saúde, permanecerão válidos mesmo que o seu objeto seja absorvido pelo Sistema Único de Saúde.
- d) Quando as disponibilidades do Poder Público forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada mediante contrato ou convênio com base nas normas de direito público.

24. No que se refere aos consórcios públicos é **INCORRETO** afirmar:

- a) Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.
- b) Configura improbidade administrativa a celebração de qualquer ajuste para a gestão associada sem a observância das formalidades previstas na Lei n. 11.107/2005 que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.
- c) Para o cumprimento dos objetivos do consórcio público, este poderá promover desapropriações nos termos do contrato de consórcio de direito público.
- d) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito privado, no caso de constituir associação pública.

### III - DIREITO TRIBUTÁRIO

25. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É inconstitucional a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas por violar o artigo 206, inciso IV da Constituição Federal, conforme dispõe súmula vinculante.
- b) A imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea *d*, da Constituição Federal que trata da imunidade dos livros, jornais e periódicos não abrange os filmes e os papéis fotográficos necessários à publicação dos jornais e periódicos.
- c) Não incide ICMS na importação de bens por pessoas físicas ou jurídicas que não seja contribuinte do imposto.
- d) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.

26. No que tange à sujeição passiva da obrigação tributária, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. As hipóteses de responsabilidade pelo crédito tributário, já reguladas pelo Código Tributário Nacional, não podem ser alteradas em seu regime pelo legislador ordinário.
- II. Respondem pessoalmente aqueles que representam a pessoa jurídica quando agem com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos. Assim com a decretação da responsabilidade do sócio, esse é considerado como executado e contra ele também corre a execução, inclusive já decidiu, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, que a simples indicação na Certidão de Dívida Ativa – CDA, do nome do responsável, confere ao indicado a condição de legitimado passivo para relação processual executiva.
- III. A responsabilidade tributária por infrações depende de alguns requisitos como: a intenção do agente ou do responsável e da efetividade do ato, salvo se a lei dispuser ao contrário.
- IV. É pessoalmente responsável, o adquirente, pelo pagamento de impostos, taxas e demais espécies de tributos relativos ao bem móvel adquirido por ele.
  - a) São verdadeiros apenas os itens I, II e IV.
  - b) Todos os itens são verdadeiros.
  - c) São verdadeiros os itens apenas II, III e IV.
  - d) Todos os itens são falsos.

27. No que se refere ao Sistema Constitucional Tributário, é **INCORRETO** afirmar:

- a) As limitações ao poder de tributar são consideradas cláusulas pétreas, por isso insuscetíveis de supressão ou excepcionalização, mesmo que por Emenda Constitucional.
- b) A legalidade constitucional constitui garantia fundamental do contribuinte, contudo a própria Constituição permite exceções como a alterações de alíquotas do ICMS pelo Poder Executivo.
- c) As medidas provisórias, tendo força de lei, são aptas a instituição ou majoração de tributos para as quais se faça necessária lei ordinária, devendo ser submetidas, de imediato, ao Congresso Nacional.
- d) Os tributos em geral submetem-se cumulativamente à anterioridade de exercício e à anterioridade mínima de 90 (noventa) dias, estabelecidas pela Constituição Federal,



enquanto as contribuições da seguridade social submetem-se exclusivamente à anterioridade nonagesimal.

**28.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O parcelamento, para o Superior Tribunal de Justiça, atualmente, não é considerado pagamento integral. Assim, é devida a multa de mora na confissão da dívida acompanhada de pedido de parcelamento, ainda que se antecipando a qualquer ação fiscalizatória da Fazenda Pública.
- b) A mera declaração da prática do ilícito pelo contribuinte, ou seja, confissão da dívida, exclui a responsabilidade pela infração, vez que caracterizada fica a denúncia espontânea prevista no Código Tributário Nacional.
- c) O simples termo de início de fiscalização não enseja a perda da espontaneidade, ou seja, o contribuinte pode efetuar o pagamento e se beneficiar da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional.
- d) A espontaneidade somente fica afastada com a notificação do contribuinte para apresentar impugnação ou pagamento do tributo, acompanhada do Auto de Infração lavrado contra ele.

**29.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. É cediço que os tributos ditos indiretos, dentre eles, o ICMS, sujeitam-se, em caso de restituição, à demonstração dos pressupostos previstos no Código Tributário Nacional, porque o contribuinte de direito é o consumidor, sendo a empresa o contribuinte de fato.
- II. A substituição tributária para frente depende de previsão em lei. Assim ocorre relativo à cobrança do ICMS com a inclusão do seu valor no preço devido pelos revendedores nas suas futuras operações de revenda. O STF, não obstante inúmeras divergências doutrinárias, entendeu que nesses casos o contribuinte somente tem direito à repetição de valores recolhidos na hipótese de não-ocorrência do fato gerador, sendo irrelevante o fato do preço de venda ser superior ou inferior à base de cálculo presumida.
- III. Após a declaração de inconstitucionalidade da hipótese da retroatividade da lei trazida pela Lei Complementar 118/05, por não configurar norma meramente interpretativa, cuja retroação é permitida, deve-se entender que o início de fluência do prazo prescricional para pedir a restituição de pagamentos indevidos deve ser contado a partir da vigência da referida Lei Complementar (09.06.05). Assim o prazo de cinco

anos para a repetição do indébito a contar da data do pagamento, somente se deve aplicar a pagamentos efetuados a partir da sua vigência.

**IV.** A restituição do tributo não implica a restituição dos juros de mora e das penalidades pecuniárias.

- a) Estão CORRETOS apenas os itens I, II e III.
- b) Todos os itens estão INCORRETOS.
- c) Estão CORRETOS apenas os itens II e III.
- d) Todos os itens estão CORRETOS.

**30.** No que se refere à cobrança administrativa da Dívida Ativa no Estado do Pará, é **CORRETO** afirmar:

- a) O não pagamento do tributo declarado ou constante de auto de infração em relação ao qual não caiba mais impugnação ou recurso na esfera administrativa acarretará a imediata suspensão de todos os incentivos e benefícios fiscais concedidos sob condição de regularidade fiscal, contudo não poderá, em hipótese alguma, ser cancelada a inscrição do contribuinte, por ser um direito deste.
- b) É vedado ao devedor remisso, ou seja, aquele cujo crédito tributário tenha sido inscrito em dívida ativa, receber o pagamento de quaisquer créditos que envolva repartições públicas estaduais, inclusive autarquias, em virtude da existência de proibição de transacionar, o devedor remisso, com o Estado.
- c) As incorreções ou omissões do auto de infração, mesmo que conste elementos para determinar a natureza da infração e a pessoa do infrator, acarretarão a nulidade do referido auto.
- d) As notificações e intimações, no processo administrativo fiscal do Estado, serão feitas de forma pessoal, por edital ou por hora certa.

#### IV - DIREITO COMERCIAL E DO CONSUMIDOR

**31.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Com a revogação do art. 242 da Lei 6.404/76, a possibilidade legal de falência das sociedades de economia mista foi excluída do sistema jurídico nacional ainda que haja silêncio por parte da lei falimentar a respeito.

- b) A Lei falimentar, a despeito de controvérsia doutrinária, claramente estabelece que apenas as sociedades de economia mista que exercem atividade econômica estão sujeitas ao processo falimentar.
- c) A reforma da legislação societária, conquanto tenha excluído a imunidade falimentar das sociedades de economia mista, não excluiu a responsabilidade subsidiária do ente controlador, nos contratos já existentes à data da sua publicação, conforme a doutrina especializada.
- d) O Supremo Tribunal Federal já se posicionou em decisão liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, fixando o entendimento de que as sociedades de economia mista, qualquer que seja sua atividade, não estão sujeitas ao processo falimentar.
- 32.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:
- a) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor aplica-se aos contratos de locação realizados entre pessoas físicas, pois há, nesse caso, prestação de serviços.
- b) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes.
- c) Nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor incide a multa moratória nele prevista.
- d) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável às instituições financeiras, uma vez que as relações jurídicas destas com seus clientes são reguladas pelo Banco Central do Brasil.
- 33.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:
- a) O dever de informar as cláusulas e condições dos contratos de trabalho da companhia alcança apenas os dos administradores não se aplicando aos dos empregados, uma vez que regidos por norma específica.
- b) A informação de fato relevante deve ser feita à Bolsa em que as ações da companhia são negociadas e ao público em geral, por meio da imprensa, desde que possa influenciar os investidores a adquirir ou alienar suas ações e valores mobiliários.
- c) O dever de informação não é absoluto uma vez que os administradores podem se recusar a tornar públicas quaisquer informações que representem risco a interesse legítimo da companhia podendo, inclusive, essa recusa ser oposta à Comissão de Valores Mobiliários.

d) A alteração das posições acionárias dos administradores deverá ser comunicada à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas ou mercado de balcão organizado ao final de cada exercício.

34. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os atos de liberalidade praticados isoladamente pelo administrador, com ônus para a sociedade, não são considerados como desvio de poder se estiverem relacionados com a responsabilidade social da companhia.
- b) O recebimento pelo administrador da companhia de qualquer modalidade de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo, configura desvio de poder, salvo se houver autorização estatutária ou deliberação da assembléia-geral nesse sentido, hipóteses em que a vedação legal não se configura.
- c) O administrador pode contratar com a companhia mesmo quando tiver interesse conflitante com o dela, bastando, para tanto que cientifique os demais administradores a respeito e faça consignar na ata da respectiva reunião.
- d) Mediante autorização da Diretoria é permitido ao administrador o uso, em proveito próprio dos bens, da companhia.

35. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a responsabilidade coletiva não é admitida pela legislação societária, uma vez que a lei atribui ao estatuto a definição de cada uma das competências dos administradores da companhia.
- b) os atos praticados em consonância com os poderes ou atribuições conferidas ao administrador responsabilizam apenas a companhia, ainda que existentes a negligência, a imperícia ou a imprudência, pois os administradores somente respondem, quanto a tais atos, por dolo.
- c) terceiros que concorram para a prática de ato com violação da lei ou do estatuto não respondem com os administradores, mesmo tendo a finalidade de obter vantagem pessoal, em razão da legislação societária prever uma modalidade subjetivamente estrita de responsabilização.
- d) a prática de atos *ultra vires* configura uma violação ao estatuto e por isso gera a responsabilidade pessoal do administrador pelos danos causados.

36. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A legislação societária atual consagra o instituto do *tag along*, uma vez que a alienação do controle de companhia aberta obriga o adquirente a fazer oferta pública de aquisição

das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas, de modo a lhes assegurar o preço, no mínimo igual, a oitenta por cento do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

- b) No caso de companhia aberta cujo funcionamento dependa de autorização governamental, uma vez esta concedida, a alienação de controle independe de qualquer nova manifestação estatal, conforme o que dispõe a Lei das Sociedades Anônimas, o que é plenamente justificável, pois tal exigência configuraria limitação inconstitucional ao direito de propriedade.
- c) No caso de compra, por companhia aberta, do controle de qualquer sociedade mercantil deverá haver deliberação da assembléia-geral da compradora, cuja convocação não terá qualquer especificidade por se tratar de ato administrativo ordinário.
- d) A oferta pública para aquisição de controle de companhia aberta poderá ser feita com a participação de instituição financeira ou não, desde que garanta o cumprimento das obrigações assumidas pelo ofertante.

## V - DIREITO AGRÁRIO

37. Assinale a alternativa **INCORRETA** que não contém, em sua totalidade, princípios do Direito Agrário:

- a) A dicotomia, posto que o Direito Agrário compreende política de reforma (Reforma Agrária) e política de desenvolvimento (Política Agrícola); o combate ao latifúndio, ao minifúndio, ao êxodo rural e à exploração predatória; e a proteção do trabalhador rural.
- b) A conservação e a preservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; o fortalecimento da empresa agrária; e a privatização dos imóveis rurais públicos.
- c) A propriedade da terra é garantida, condicionada ao cumprimento da função social; o dimensionamento eficaz das áreas exploráveis; não supremacia do interesse público sobre o particular, que somente ocorre no Direito Administrativo.
- d) A reformulação da estrutura fundiária como uma necessidade constante, o princípio da justiça social, que zela pela melhoria na condição de vida das pessoas e o fortalecimento do espírito comunitário, através de cooperativas e associações.

38. Acerca da propriedade rural, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Segundo a atual Carta Magna brasileira, a propriedade está configurada como função eminentemente social, de certa forma aceitando a concepção tomista (doutrina de São

Tomás de Aquino), segundo a qual o proprietário é um procurador da comunidade para gestão de bens destinados a servir a todos, embora pertença a um só.

- b) São elementos do imóvel rural: prédio rústico, excluído o prédio lançado como urbano para efeito de cobrança de impostos; área contínua; destinação certa para exploração agrícola, pecuária, extrativa, vegetal, florestal ou agroindustrial.
  - c) O Estatuto da Terra classifica o imóvel rural em quatro espécies: propriedade familiar; minifúndio; empresa rural e latifúndio; enquanto que a Constituição Federal e a Lei 8.629/93 os classificam em: pequena propriedade, média propriedade e propriedade produtiva.
  - d) A concepção doutrinária de módulo rural compreende as seguintes características: é medida de área fixada para a Propriedade Familiar que constitui o módulo rural; varia de acordo com a região do País onde se situa o imóvel rural; varia de acordo com o tipo de exploração; implica um mínimo de renda, que deve proporcionar ao agricultor e sua família não apenas sua subsistência, mas ainda o progresso econômico e social.
39. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto à concepção da função social da propriedade:
- a) A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social, quando, simultaneamente, favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade e assegura a conservação dos recursos naturais.
  - b) A construção pretoriana do instituto da desapropriação indireta - que tem como pressupostos o apossamento do bem pelo Estado sem prévia observância do devido processo administrativo desapropriatório, a afetação do bem e a irreversibilidade da situação fática - foi influenciada pela doutrina da função social da propriedade.
  - c) A preservação do meio ambiente é um requisito importante configurador da função social que exige o respeito à vocação natural da terra, com vistas à manutenção tanto do potencial produtivo do imóvel, como das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, para o equilíbrio ecológico da propriedade.
  - d) Os requisitos para configuração da função social da propriedade constituem-se em três óticas: econômica, que se refere ao aproveitamento racional e adequado; social, quando se refere ao favorecimento do bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais, assim como o cumprimento das obrigações trabalhistas; e a ecológica, que concerne à utilização dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente.

40. Constituem-se como características da Reforma Agrária as seguintes alternativas, com **EXCEÇÃO** de:

- a) Em qualquer conceito da Reforma Agrária, dispõe-se, em primeiro plano, da alteração da estrutura fundiária, bem como a sua redistribuição, mas a finalidade precípua deve ser atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade.
- b) Segundo a doutrina, há dois métodos para a efetivação da reforma agrária: o coletivista, que consiste na nacionalização da terra, passando a propriedade para o Estado, fundamentado no Socialismo; e o privatista, que é aquele em que se admite a propriedade privada, que é baseado na teoria em que os bens existem para a satisfação do homem, que deve se apropriar deles, não sendo, porém um direito absoluto, devendo ser condicionado ao bem comum.
- c) É transitória, embora no Brasil, seja uma tarefa a ser executada paulatinamente, extinguindo-se gradativamente o minifúndio e o latifúndio.
- d) depende de uma Política agrícola eficiente e tem características universais, devendo a Reforma Agrária ser realizada de forma semelhante entre os países latino-americanos, porquanto se tratam de países vizinhos.

41. Historicamente, sesmarias eram definidas legalmente como *"são propriamente aquelas que se dão de terras, casaes, ou pardieiros, que foram ou são de alguns senhores, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são"* (Ordenações Manuelinas de 1.511, Liv. IV, Tít. 67). Nesse contexto, acerca de propriedade rural no Brasil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A atual legislação brasileira entende a posse legítima como a posse com cultura efetiva e morada habitual, sendo aquela um modo de aquisição de propriedade rural das terras devolutas da União, admitindo-se a usucapião *pro deserto*.
- b) Terras devolutas são espécies de terras públicas (sentido lato) não integradas ao patrimônio particular, nem formalmente arrecadas ao patrimônio público, que se acham indiscriminadas no rol dos bens públicos por razão histórico-política. As terras devolutas pertencem atualmente aos Estados, cabendo à União aquelas situadas na faixa de fronteira, nos Territórios Federais e no Distrito Federal e das que fossem indispensáveis às fortificações militares e estradas de ferros federais.
- c) A discriminação de terras devolutas pode ser feita por meio de procedimento administrativo ou judicial, sendo o procedimento administrativo de competência da União, Estados e Municípios.

- d) A legitimação de posse de terras devolutas da União será concedida ao ocupante de área contínua ou descontínua com até 50 (cem) hectares, desde que não seja proprietário de imóvel rural e que comprove morada permanente e cultura efetiva pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.
42. Acerca das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Consideram-se remanescentes de tais comunidades, os grupos étnico-raciais, segundo critérios definidos por laudos antropológicos, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Além disso, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos devem ser especialmente protegidas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.
- b) Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) O procedimento administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de tais comunidades será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.
- d) Fica assegurada aos remanescentes de tais comunidades a participação em todas as fases do procedimento administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.
43. Usucapião têm origem no latim - *usucapio* (maneira de adquirir pela posse prolongada). Linguisticamente, há divergências acerca do gênero da palavra usucapião: **masculino** (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras, Koogan Larousse, Silveira Bueno); **feminino** (Novo Dicionário Aurélio, Napoleão Mendes de Almeida); **masculino e feminino** (Houaiss e Pequeno Dicionário Aurélio). Nesse prisma, utilizando o gênero feminino, assinale a alternativa **CORRETA** acerca da usucapião no Direito Brasileiro:
- a) Não há que se falar em usucapião agrária caso o possuidor pleiteie seu direito com base na *accessio possessionis*, posto que este se ampara na posse-trabalho.



- b) Também não se admite na usucapião agrária a *sucessio possessiones* em caso de morte do possuidor, porquanto a posse há de ser direta, pessoal e ininterrupta.
- c) A Constituição de 1988 não rejeitou integralmente a possibilidade de usucapião de terras devolutas porque o parágrafo único do artigo 191, que trata da usucapião *pro labore*, melhor denominada usucapião agrária, vetou integralmente a prescrição aquisitiva de bem público, mas nada comentou acerca de terras devolutas.
- d) A usucapião agrária exige que o possuidor não seja proprietário de imóvel, rural ou urbano, que haja produtividade da terra cultivada por ele e sua família e que ele tenha sua morada permanente no imóvel, mesmo que haja oposição.
- 44.** Assinale a alternativa **CORRETA** no que concerne aos contratos agrários:
- a) Arrendamento é o ato jurídico celebrado entre o proprietário (possuidor, usufrutuário ou arrendador), que cede o imóvel, no todo ou em parte, a outro (arrendatário), que nela explorará uma atividade econômica, por prazo certo ou não, e por certo preço, para a exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa ou mista, mas não é permitido o subarrendamento.
- b) A desapropriação do imóvel objeto de arrendamento rural é motivo de força maior, que resolve a obrigação do arrendamento. Mas, se a desapropriação for parcial fica assegurado ao arrendatário o direito à redução proporcional da renda ou o direito de rescindir o contrato.
- c) São características da parceria rural: finalidade econômica do contrato, bilateralidade do contrato, não sendo permitido a intervenção de terceiro e não é *intuitu persona*, transmitindo-se aos herdeiros.
- d) O objeto do contrato agrário deve ser escrito para que fiquem bem esclarecidas as suas cláusulas a fim de que não restem dúvidas a respeito da atividade de exploração do imóvel, porque a cláusula imperfeita deve ser entendida contra o estipulante.
- 45.** Assinale a alternativa **CORRETA** em consonância com os dispositivos da Lei Estadual n.º 5.849, de 24.06.94, sobre Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará:
- a) A Política Fundiária do Estado do Pará assenta-se na adequada utilização e alienação das terras públicas, sob quaisquer das formas previstas na lei, porém não tem como objetivo estimular o cooperativismo e demais formas de associativismo, porque isso deve ficar a cargo de outras políticas estaduais.
- b) O assentamento do pequeno e médio produtor rural e a regularização das terras cultivadas, pelos que nelas residem, são prioridades da ação fundiária do Estado.

- c) O Conselho Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária - CEPAF estipulará, anualmente, a pauta de valores das terras nuas (VTN) do Estado, sendo que a correção mensal far-se-á pela Unidade Fiscal do Estado.
- d) O Estado do Pará promoverá gratuitamente as demarcações de terras de trabalhadores rurais, que residam na área e a cultivem com a força de trabalho da própria família, assim como de associações e cooperativas de pequenos produtores.
46. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto às características da Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários do Estado do Pará:
- a) Cabe à Comissão conhecer e acompanhar os conflitos fundiários, incluindo os de questões indígenas, de quilombos e garimpais do território paraense.
- b) Cabe à Comissão mediar gestões para a prevenção ou solução desses conflitos, deslocando-se, quando necessário, para as regiões de incidência dos mesmos, mantendo negociações com as autoridades federais, estaduais e municipais de quaisquer poderes, bem como com as partes diretamente envolvidas e representantes da sociedade civil organizada.
- c) A Comissão será coordenada pelo Presidente do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, ou, em sua falta, pelo Ouvidor Agrário do Estado do Pará.
- d) Cabe à Comissão receber denúncias sobre conflitos fundiários atuais ou iminentes, inclusive os de questões indígenas, garimpais ou de quilombos, analisá-las, encaminhá-las, quando for o caso, às autoridades competentes, e assisti-las na prevenção de conflitos fundiários.
47. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária:
- a) O Supremo Tribunal Federal considera que a notificação do proprietário do imóvel a ser desapropriado por interesse social para fins de reforma agrária pode ser feito *a posteriori* da imissão na posse desde que haja indenização prévia e justa.
- b) É insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra e que a propriedade seja produtiva.
- c) Os Estados e Municípios podem desapropriar imóveis rurais por necessidade e utilidade pública e também por interesse social, mas somente a União pode desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária.

- d) A indenização da terra nua em caso de desapropriação para fins de reforma agrária será feita em títulos de dívida agrária e somente as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.
48. Considerando a especial proteção das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradição.
- b) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização das comunidades indígenas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra.
- c) Tais terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- d) A usucapião indígena está prevista no Estatuto do Índio que prevê que o índio, integrado ou não, que ocupe como próprio, por dez anos consecutivos, trecho de terra inferior a cinquenta hectares, adquirir-lhe-á a propriedade plena.

## VI - DIREITO PENAL

49. Acerca dos princípios do Direito Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:
- a) O princípio do caráter fragmentário do Direito Penal estabelece que todo ilícito penal será também ilícito perante os demais ramos do Direito e a recíproca é verdadeira.
- b) O princípio da insignificância dispõe que o Direito Penal não deve se ocupar com assuntos irrelevantes e funciona como causa de exclusão de tipicidade. Porém, não se admite sua aplicação a crimes praticados com emprego de violência à pessoa ou grave ameaça.
- c) O princípio da insignificância ou criminalidade de bagatela confunde-se com o conceito das infrações de menor potencial ofensivo, porque o Direito Penal não deve se ocupar de matérias sem relevância.
- d) A mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação e a inexpressividade da lesão jurídica constituem os requisitos de ordem objetiva para

aplicação do princípio da insignificância, não se exigindo nenhum outro requisito subjetivo.

**50.** Assinale a alternativa **CORRETA** acerca da aplicação da lei penal:

- a) A lei penal em branco inversa ou ao avesso é aquela em que o preceito primário é completo, mas o secundário reclama complementação, que deve ser realizado obrigatoriamente por uma lei, sob pena de violação ao princípio da reserva legal.
- b) Pode ser aplicada, no Direito Penal, a analogia *in malam partem*, que é aquela pela qual se aplica ao caso omissivo uma lei mais favorável ao réu.
- c) A combinação de leis penais (*lex tertia*), que se conflitam no tempo para se extrair uma terceira que mais beneficie o réu, é admitida no Direito Penal brasileiro.
- d) No crime permanente em que a conduta tenha se iniciado durante a vigência de uma, e prossiga durante o império de outra mais severa, aplica-se a lei anterior mais benéfica.

**51.** Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito de tentativa e consumação do crime:

- a) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao consumado, diminuída de um a dois terços, portanto a pena do crime tentado é sempre menor que a do crime consumado.
- b) Os crimes culposos não admitem tentativa, inclusive na omissão imprópria, assim como nos crimes unissubsistentes, que são aqueles que se realizam em um único ato.
- c) Pode haver tentativa no crime preterdoloso ou preterintencional, porque nesta espécie de crime há dolo no antecedente e culpa no conseqüente.
- d) A adequação típica de um crime tentado é de subordinação mediata, ampliada ou por extensão, já que a conduta humana nessa espécie de crime não se enquadra prontamente na lei penal incriminadora.

**52.** Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito de crime contra a Administração Pública:

- a) No peculato-apropriação, o delito consuma-se quando o agente inverte a posse de um bem móvel, agindo como se dono fosse, que detinha em razão do cargo. Há previsão legal do peculato de uso, quando o agente utiliza um bem público sem autorização de seu superior hierárquico.
- b) O crime de concussão aproxima-se da corrupção. Naquela figura típica, o crime é unilateral; nesta, é bilateral. Na corrupção, o funcionário solicita ou aceita, sendo que na concussão, exige.
- c) Quem oferece a um funcionário público uma vantagem indevida em troca de um ato funcional comete o mesmo crime que o agente público que aceita tal quantia em face da teoria monista adotada pelo Código Penal.

- d) O crime de prevaricação consuma-se quando o agente deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse próprio ou de outrem.
53. Assinale a alternativa **INCORRETA** a respeito das disposições legais acerca dos crimes contra o meio ambiente:
- a) As pessoas jurídicas poderão ser responsabilizadas criminalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal no interesse ou benefício da entidade, estando sujeitas à imposição de penas.
  - b) Configura-se como tal crime provocar incêndio em mata ou floresta sem autorização do órgão competente, ainda que tenha ocorrido o evento por culpa do agente.
  - c) A utilização de motosserra, sem licença ou registro da autoridade competente, em área de plano de manejo autorizado pelo IBAMA, não constitui crime, mas está sujeito à multa por infração administrativa.
  - d) Não há crime ambiental quando o agente, em estado de necessidade, abate animal silvestre, para saciar sua fome ou de sua família, ou ainda por ser nocivo o animal.
54. Assinale a alternativa **INCORRETA** a respeito de crimes em licitações públicas:
- a) O funcionário público que dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei comete crime, porém o representante legal da empresa beneficiada na licitação não será responsabilizado em nenhuma hipótese.
  - b) Tais crimes são de ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la. Mas qualquer pessoa pode provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe informações sobre o fato e sua autoria.
  - c) Os membros dos Tribunais de Contas deverão, se verificarem a existência de crimes cometidos em licitações públicas, remeter cópias dos documentos necessários ao Ministério Público para oferecimento de denúncia.
  - d) Comete crime o agente público que admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa considerada inidônea, assim declarada em ato administrativo..

55. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O Supremo Tribunal Federal, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, mediante provocação, em razão do princípio da inércia da jurisdição, poderá editar enunciado de súmula vinculante.
- b) Como ente que integra a Federação, o Município poderá propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante independentemente de existência de processo em curso de que seja parte.
- c) A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão qualificada, isto é, tomada por maioria absoluta dos membros da Turma do Supremo Tribunal Federal.
- d) A despeito da edição da súmula vinculante buscar eliminar controvérsia relevante e atual, o Supremo Tribunal Federal, por decisão de *quorum* qualificado, poderá restringir os efeitos vinculantes ou determinar o momento da eficácia.

56. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O conhecimento do recurso extraordinário depende da repercussão geral, isto é, da demonstração da relevância da matéria do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, conforme expressa o Código de Processo Civil.
- b) A inexistência da repercussão geral, no caso do recurso extraordinário selecionado, alcança os demais quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, que poderão, porém, ser admitidos, se mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem.
- c) A intervenção do *amicus curiae* tem sido ampliada, uma vez que pode ser admitida na apreciação da repercussão geral da matéria objeto do recurso extraordinário, tal como já era admitido nas ações de controle concentrado de constitucionalidade e edição de súmula vinculante.
- d) A repercussão geral deverá ser reconhecida por decisão cujo acórdão seja específico e mediante a publicação no Diário Oficial, promovendo-se, após a reincidência da decisão, a edição de súmula, conforme o que dispõe o regimento interno do Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Civil.

57. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Recebidos os casos representativos dos recursos especiais repetitivos, serão distribuídos no Superior Tribunal de Justiça, por sorteio, na forma do Código de Processo Civil.

- b) O agrupamento dos recursos especiais repetitivos, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, levará em consideração apenas a questão central discutida, sempre que o exame desta possa tornar prejudicada a análise de outras questões argüidas no mesmo recurso.
- c) O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou claramente no sentido de que o procedimento para o julgamento dos recursos especiais repetitivos não se aplica aos agravos de instrumento interpostos contra decisão que não admitir recurso especial, por se tratar de espécie recursal diversa.
- d) Quando se tratar de recurso especial repetitivo, o relator submeterá o seu julgamento à Corte Especial que tem a competência exclusiva nesses casos.

58. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O Ministério Público não tem legitimidade ativa para requerer a suspensão de liminar concedida em mandado de segurança, uma vez que se trata de procedimento de natureza jurídico-política.
- b) A suspensão de segurança depende da interposição de recurso por parte do ente requerente, para que, assim, haja demonstração do interesse processual.
- c) Em razão do reexame necessário constituir uma condição de eficácia da decisão, não cabe, na sua pendência, o pedido de suspensão de segurança da sentença ainda não confirmada pelo tribunal.
- d) A suspensão de segurança não tem relação com o acerto ou a validade da decisão, sendo apenas meio de contenção dos efeitos da decisão.

59. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) as ações envolvendo Estado estrangeiro e município brasileiro, cuja competência é de juiz federal, deverão ser julgadas por sentença, da qual cabe o recurso de apelação no âmbito da Justiça Federal.
- b) A lei de assistência judiciária determina que a decisão de inadmissão do benefício é recorrível por apelação, entendimento que vem sendo ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça quando aquela é proferida em autos apartados.
- c) Nas sentenças proferidas em embargos à execução, cujo valor seja inferior a 50 ORTN, o princípio da fungibilidade tem sido admitido para acolher a apelação em lugar dos embargos infringentes.
- d) A apelação interposta contra sentença que julga embargos à arrematação tem duplo efeito segundo posicionamento reiterado do Superior Tribunal de Justiça.

60. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O prazo de quinze dias para a satisfação voluntária da obrigação, no cumprimento de sentença, é contado a partir da sua exequibilidade ou do trânsito em julgado e, segundo a atual posição do Superior Tribunal de Justiça, independentemente de qualquer intimação ao réu.
- b) A atual redação do Código de Processo Civil estabelece que a multa decorrente do inadimplemento da decisão judicial em obrigação de pagar somente passa a incidir após a regular intimação pessoal do requerido, visto que se trata de decisão com repercussão patrimonial.
- c) A multa pelo descumprimento da obrigação de pagar, representada por título judicial, tem finalidade coercitiva e, por isso, a despeito do texto legal, pode ser ajustada pelo juiz de modo a estimular o devido pagamento por parte do executado recalcitrante, desde que atendido o princípio da proporcionalidade.
- d) O Superior Tribunal de Justiça e a doutrina não admitem a instauração da execução provisória baseada em decisão liminar que contenha obrigação de pagar, uma vez que essa espécie não consta do rol dos títulos executivos judiciais listados no Código de Processo Civil vigente.

**61.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A impugnação não terá efeito suspensivo imposto pela legislação; cabe, porém, ao juiz, conforme seu juízo de conveniência e oportunidade, atribuir-lhe tal efeito.
- b) Ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, bastando prestar a caução suficiente e idônea determinada pelo juiz.
- c) A impugnação será instruída e decidida nos próprios autos, independentemente da concessão ou não do efeito suspensivo.
- d) a decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, pois se trata sempre de decisão interlocutória de mérito.

**62.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Após a reforma do Código de Processo Civil, a forma retida é a regra geral de interposição do agravo, excetuados apenas os casos de inadmissão da apelação, efeitos em que a apelação é recebida e os casos de tutelas urgentes.
- b) No agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmite o recurso especial no Tribunal *a quo*, poderá o relator no Superior Tribunal de Justiça, se o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante desse



Tribunal, conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial, decisão esta recorrível apenas por recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

- c) O agravo interposto de forma oral, contra decisão proferida pelo juízo em audiência, deverá ter suas razões expostas de forma sucinta e registradas no termo de audiência, oportunizando-se, no prazo de dez dias, a resposta do agravado.
- d) O recorrente requererá o conhecimento do agravo retido, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação, devendo, porém, o tribunal, mesmo que a parte não o requeira expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, julgar as matérias que deveriam ser conhecidas de ofício e não foram decididas.

**63.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O juiz poderá, para obter o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, constante de título judicial, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, ficando aquela, porém, limitada ao valor da obrigação principal.
- b) As medidas equivalentes estabelecidas como meio de obter a tutela específica das obrigações de fazer e não fazer estão previstas taxativamente no Código de Processo Civil, de maneira que a imposição de outra modalidade importa clara violação ao devido processo legal.
- c) A tutela específica da obrigação de fazer ou não fazer poderá, sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, ser concedida liminarmente ou mesmo na sentença, hipótese em que a apelação será meramente devolutiva.
- d) Imposta a multa por descumprimento da tutela específica, concedida liminarmente, poderá ser alterada livremente até a ocorrência do trânsito em julgado.

**64.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As reformas do Código de Processo Civil trataram das tutelas urgentes na ação rescisória, admitindo a suspensão da execução da decisão rescindenda tanto por medidas de natureza cautelar, quanto por antecipatórias de tutela.
- b) A ação rescisória é o meio processual adequado para a desconstituição de sentenças de mérito, proferidas em demandas cujos pressupostos processuais de existência estavam ausentes, e sendo este seu objeto.
- c) O tribunal, ao julgar a ação rescisória procedente, atendendo à cumulação legal de pedidos, deverá proferir o juízo “rescindens” e então encaminhar o processo ao Juízo

originário para proferimento do juízo “recissorium”, conforme a sistemática prevista na legislação vigente.

- d) A ação rescisória, em função de sua natureza, pode ser intentada pelo Ministério Público em qualquer das hipóteses de cabimento previstas pelo Código de Processo Civil.

**65.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Para a aplicação do art. 285-A do Código de Processo Civil a casos idênticos, a sentença-tipo deverá ser de mérito e de total improcedência.
- b) Para a aplicação da sentença-tipo é necessária que haja a tríplice identidade entre o caso anterior e a demanda a que se pretender aplicar o precedente do juízo.
- c) A aplicação da sentença-tipo permite ao autor a interposição de apelação, no prazo de 15 dias, hipótese em que o requerido será citado para responder ao recurso, sendo vedada, ao juiz, a retratação.
- d) A autorização para a reprodução do teor da sentença-tipo, justifica a simples juntada aos autos de cópia reprográfica da decisão anteriormente já proferida.

**66.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Aquele que detiver a coisa em nome próprio, sendo-lhe demandada por terceiro, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.
- b) A oposição, que ocorre quando o autor pretende, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre o qual controvertem autor e réu, deve ser proposta até a sentença, tendo natureza jurídica de ação.
- c) No chamamento ao processo, o devedor poderá requerer, até a sentença, a integração do fiador à demanda.
- d) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a denunciação da lide é obrigatória em todas as hipóteses fixadas em lei, à medida em que, de todas elas, decorrem efeitos jurídicos irreversíveis.

<b>VIII - DIREITO CIVIL</b>
-----------------------------

**67.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O sócio, admitido em sociedade já constituída, exime-se das dívidas sociais anteriores à admissão, pelas quais permanecem responsáveis os sócios que a integram, bem como o

que se tenha retirado, este pelas obrigações anteriores, até 2 (dois) anos após averbada sua retirada.

- b) No silêncio do contrato social, cabe, separadamente, a cada um dos sócios, a administração da sociedade, respondendo o sócio por perdas e danos provocados pelas operações que realizar sabendo que agia em desacordo com a maioria dos administradores.
  - c) O liquidante de sociedade pode, ainda que não autorizado expressamente pelo contrato social ou pelo voto da maioria dos sócios, alienar bens móveis ou imóveis, transigir, receber e dar quitação.
  - d) A cessão de créditos referentes ao estabelecimento comercial transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se, de boa-fé, pagar ao cedente.
- 68.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:
- a) Os bens pertencentes a sociedades de economia mista são considerados como privados, salvo expressa disposição legal em contrário.
  - b) São pertencentes as máquinas utilizadas em uma fábrica, pois se destinam, de modo duradouro, ao serviço, de tal sorte que os negócios jurídicos que digam respeito ao principal as abrangem, salvo manifestação expressa em contrário das partes.
  - c) Constitui benfeitoria útil a construção de um galpão, contíguo à casa, para ser utilizado como depósito.
  - d) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico, os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes, bem como os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações.
- 69.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Prescrita a obrigação jurídica, converte-se em obrigação natural, não podendo ser exigida coercitivamente, mas persistindo o direito de ação em si.
  - b) Apesar da independência entre a jurisdição penal e a civil, no caso de cometimento de um homicídio, enquanto não houver sentença criminal definitiva, a prescrição não correrá contra os herdeiros da vítima, no que toca à reparação civil.
  - c) A decadência decorrente de prazo legal pode ser pronunciada, de ofício, pelo juiz, independentemente da arguição do interessado, enquanto que a prescrição das ações patrimoniais não pode ser decretada *ex officio* pelo magistrado.

d) Consoante súmula do STF, a prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

70. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. O aforamento de terreno da União depende de prévia autorização do Presidente da República, ficando o foreiro sujeito ao pagamento de foro, anualmente atualizado, caducando do direito no caso de não-pagamento durante 3 (três) anos consecutivos.
- II. A servidão, desde que registrada no Cartório de Registro de Imóveis, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, ainda que haja desapropriação do prédio dominante.
- III. No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, a indenização cabe ao proprietário e ao superficiário, no valor correspondente ao direito real de cada um.
- IV. Consoante a jurisprudência do STF, é defeso construir parede de tijolos de vidro translúcido a menos de metro e meio do prédio vizinho.
  - a) II e III estão corretas.
  - b) I e III estão corretas.
  - c) I e IV estão corretas.
  - d) II e IV estão corretas.

71. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- b) Consoante a jurisprudência do STJ, o dano reflexo enseja a responsabilidade civil do infrator, desde que seja demonstrado o prejuízo à vítima indireta.
- c) A compensação devida à vítima do dano, ainda que este resulte de dolo do devedor, deverá incluir os danos emergentes e os lucros cessantes decorrentes diretamente da conduta infracional, excluídos os danos remotos.
- d) A configuração do abuso de direito, consoante o Código Civil de 2002, é essencial a prova de que o agente tinha a intenção de prejudicar terceiro.

72. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As declarações enunciativas, constantes de documentos assinados, presumem-se verdadeiras em relação aos signatários e, desde que tenham relação direta com as

disposições principais ou com a legitimidade das partes, eximem os interessados em sua veracidade do ônus de prová-las.

- b) Em ação de investigação de paternidade, consoante a jurisprudência do STJ, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA constitui presunção absoluta da sua paternidade.
- c) O novo Código Civil equiparou as cópias (reproduções) inautênticas aos documentos originais e autenticados, desde que sejam comuns às partes e inexista impugnação à sua exatidão.
- d) Nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal, não se admite, como meio de prova, a presunção, exceto se prevista em lei.

73. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O condômino não pode usucapir parte ideal pertencente a outro condômino, ainda que exerça posse exclusiva sobre o imóvel.
- b) A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.
- c) No compromisso de compra e venda com cláusula de arrependimento, a devolução do sinal, por quem o deu, ou a sua restituição em dobro, por quem o recebeu, exclui indenização a maior, a título de perdas e danos, salvo os juros moratórios e os encargos do processo.
- d) Nos contratos de locação, é válida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.

74. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O adquirente de imóvel locado não é obrigado a respeitar o contrato, a não ser que dele conste cláusula dispondo sobre sua vigência no caso de alienação, devidamente registrada no Registro de Imóveis.
- b) Salvo estipulação em contrário, o empreiteiro deve executar a obra de acordo com o projeto original, sem possibilidade de exigir acréscimo no preço, ainda que realize serviços extraordinários, excepcionados os casos em que estes resultem de instruções escritas do dono da obra ou de sua autorização tácita.
- c) Consoante jurisprudência do STJ, o segurado perderá o direito à garantia se, por sua culpa exclusiva ou de seu preposto, agravar intencionalmente o risco objeto do contrato.

d) A fiança é modalidade de garantia que visa ao interesse do credor, de tal sorte que o devedor não pode opor-se à sua estipulação.

75. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Nas sociedades limitadas, o sócio cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.
- b) Nas sociedades em conta de participação, obriga-se perante terceiros somente o sócio ostensivo, a não ser que o sócio oculto participe diretamente da transação, caso em que responderá solidariamente com aquele.
- c) O juiz deve pronunciar as nulidades de ofício, quando conhecer do negócio jurídico ou de seus efeitos e as encontrar provadas, podendo, todavia, a requerimento das partes e desde que não haja prejuízos a terceiros de boa-fé, supri-las.
- d) Ocorre lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência, assume obrigação excessivamente onerosa.

76. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. No caso de pagamento indevido para a obtenção de fim ilícito, imoral ou proibido por lei, a repetição reverterá em favor de entidade local de beneficência.
  - II. O reivindicante tem a obrigação de indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, quer as necessárias, quer as voluptuárias, podendo optar entre o seu valor atual e o seu custo.
  - III. O devedor pode invocar a proteção ao bem de família legal mesmo se a penhora de seu imóvel residencial houver sido ordenada antes da entrada em vigor da Lei n. 8.009/90.
  - IV. A contagem do prazo para a entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a exclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
- a) I e II estão corretas.
  - b) III e IV estão corretas.
  - c) I e III estão corretas.
  - d) II e IV estão corretas.

77. Segundo a Constituição Federal e o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal na ADI-MC 3540/DF é **CORRETO** afirmar:

- a) A supressão do regime jurídico pertinente aos espaços territoriais especialmente protegidos qualifica-se, por efeito da cláusula inscrita no art. 225, § 1º, III, da Constituição, como matéria não sujeita ao princípio da reserva legal, pois é lícito ao Poder Público - qualquer que seja a dimensão institucional em que se posicione na estrutura federativa (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) - autorizar, licenciar ou permitir a execução de obras e/ou a realização de serviços no âmbito dos espaços territoriais especialmente protegidos, mesmo que resulte comprometida a integridade dos atributos que justificaram inicialmente quanto a tais territórios, a instituição de regime jurídico de proteção especial (CF, art. 225, § 1º, III), desde que exista decisão do Conselho Estadual de Meio Ambiente que corrobore de forma favorável a um dado empreendimento.
- b) Somente a alteração e a supressão do regime jurídico pertinente aos espaços territoriais especialmente protegidos qualificam-se, por efeito da cláusula inscrita no art. 225, § 1º, III, da Constituição, como matérias sujeitas ao princípio da reserva legal. - É lícito ao Poder Público - qualquer que seja a dimensão institucional em que se posicione na estrutura federativa (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) - autorizar, licenciar ou permitir a execução de obras e/ou a realização de serviços no âmbito dos espaços territoriais especialmente protegidos, desde que, além de observadas as restrições, limitações e exigências abstratamente estabelecidas em lei, não resulte comprometida a integridade dos atributos que justificaram, quanto a tais territórios, a instituição de regime jurídico de proteção especial (CF, art. 225, § 1º, III).
- c) A alteração, a supressão do regime jurídico pertinente aos espaços territoriais especialmente protegidos e autorizações, licenciamento ou permissão para a execução de obras e/ou a realização de serviços no âmbito dos espaços territoriais especialmente protegidos qualificam-se, por efeito da cláusula inscrita no art. 225, § 1º, III, da CF/88, como matérias sujeitas ao princípio da reserva legal, já que não é lícito ao Poder Público comprometer a integridade dos atributos que justificaram, quanto a tais territórios, a instituição de regime jurídico de proteção especial (CF, art. 225, § 1º, III).
- d) A supressão do regime jurídico pertinente aos espaços territoriais especialmente protegidos qualifica-se, por efeito da cláusula inscrita no art. 225, § 1º, III, da Constituição, como matéria não sujeita ao princípio da reserva legal, pois é lícito a

União e aos Estados-membros autorizar, licenciar ou permitir desde que por ato administrativo motivado, a execução de obras e/ou a realização de serviços no âmbito dos espaços territoriais especialmente protegidos, se respeitados ainda que parcialmente os atributos que justificaram quanto a tais territórios, a instituição de regime jurídico de proteção especial (CF, art. 225, § 1º, III).

**78.** Analise as proposições abaixo e assinale a **CORRETA**:

- a) A exploração de florestas, quando juridicamente possível, depende apenas de plano de manejo e é um direito ou interesse indenizável. Não caracteriza nesses moldes ilícito ambiental nem sujeita à sanções administrativas e penais. Gera, contudo, o dever de reparar os danos causados apenas pelo explorador atual, de forma objetiva, nos termos da Lei 6.938/81.
- b) Mesmo na falta de autorização ou licença ambiental e de Plano de Manejo, a exploração de florestas, quando juridicamente possível, é sempre um direito ou interesse indenizável e se ocorrer poderá se caracterizar ilícito ambiental desde que haja dolo (Lei 9.605/98), preservado sempre o dever de reparar o dano causado, de forma objetiva, nos termos da Lei 6.938/81.
- c) Na falta de autorização ou licença ambiental ou de Plano de Manejo, a exploração de florestas, quando juridicamente possível, não é um direito ou interesse indenizável; e se ocorrer pode não caracterizar ilícito ambiental previsto na Lei Federal 9.605/98, sujeita, contudo, às sanções administrativas e o dever subjetivo de reparar eventuais danos causados.
- d) Na falta de autorização ou licença ambiental e de Plano de Manejo, a exploração de florestas, quando juridicamente possível, não é um direito ou interesse indenizável; ao contrário, se ocorrer, caracteriza ilícito ambiental (Lei 9.605/98), sujeito a sanções administrativas e penais, sem prejuízo do dever de reparar o dano causado, de forma objetiva, nos termos da Lei 6.938/81.

**79.** Analise as proposições abaixo segundo a Lei Federal n. 6.938/81 e os Princípios da Política Nacional de Meio Ambiente e assinale a **INCORRETA**:

- a) É princípio de tal Política dentre outros, tendo por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, a ação governamental na manutenção do



equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.

- b) É princípio de tal Política dentre outros, tendo por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais.
- c) É princípio de tal Política dentre outros, tendo por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
- d) É princípio de tal Política dentre outros, tendo por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, a racionalização e limitação do uso do solo, do subsolo, da água, da flora e fauna pela União.

**80.** Analise as proposições abaixo e assinale a **CORRETA**:

- a) Para os fins previstos na Lei n. 6.938/81, entende-se exclusivamente por poluidor, a pessoa jurídica de direito privado, responsável, direta ou indiretamente por planejar e/ou praticar atividade causadora de degradação ambiental.
- b) A Lei Paraense n. 5.587/95 que estatui a Política Estadual de Meio Ambiente assegura a qualquer cidadão o direito de exercer a fiscalização ambiental, mediante comunicação do ato ou fato delituoso à Secretaria Estadual de Meio Ambiente ou à autoridade policial, que adotarão as providências, sob pena de responsabilidade.
- c) Para a Convenção da Diversidade Biológica, diversidade biológica é um conceito estritamente jurídico que depende de lei complementar para sua adequada definição.
- d) A Lei Federal n. 11.105/2005 permite a utilização, a comercialização, o registro, o patenteamento e o licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso e a clonagem humana.

**81.** Analise as proposições abaixo de acordo com a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e assinale a **CORRETA**:

- a) Cada parte contratante deve, na medida do possível e conforme o caso em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.
- b) Cada parte contratante deve, na medida do possível e conforme o caso em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua aplicação restrita com a consulta dos detentores desse conhecimento; desencorajada a repartição dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.
- c) Cada parte contratante deve em conformidade com a legislação internacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua aplicação restrita com a consulta dos detentores desse conhecimento; desencorajada a repartição dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.
- d) Nem todas as partes contratantes da CDB se obrigam a preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, já que sua aplicação pode gerar repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas para essas comunidades tradicionais na forma de políticas públicas determinadas pelo Poder Público que pode, conforme o caso, alterar esse conhecimento e determinar às comunidades locais e populações tradicionais novos modelos de exploração econômica e sustentáveis mais adequados.

82. Para o direito minerário é **CORRETO** afirmar sobre a CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de recursos minerários:

- a) A CFEM é receita tributária e para fins de aproveitamento econômico, será de até três por cento sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e após sua transformação industrial.
  - b) A CFEM é receita tributária e para fins de aproveitamento econômico, será de até 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento bruto resultante da venda do produto mineral, obtido após a segunda etapa do processo de beneficiamento adotado e após sua transformação industrial.
  - c) A CFEM é receita não tributária e para fins de aproveitamento econômico, será de até 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial.
  - d) A CFEM é receita não tributária e para fins de aproveitamento econômico, será de até 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento bruto resultante da venda do produto mineral, obtido antes da última etapa do processo de beneficiamento adotado e após sua transformação industrial.
- 83.** Consoante o disposto na Constituição Federal é **CORRETO** afirmar:
- a) É assegurada, nos termos de lei complementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta e indireta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
  - b) É assegurada, nos termos da lei, aos Estados e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta e indireta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica ou outorga pelo uso da água e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
  - c) É assegurada, nos termos da lei, aos Estados e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta e indireta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e

de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva e compensação financeira por essa exploração.

- d)** É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

**84.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a)** Os recursos originários das compensações financeiras contemplados na Lei Federal n. 7.990/89 e alterações legislativas posteriores admitem aplicação em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal. É vedada, contudo, a utilização para capitalização de fundos de previdência.
- b)** Os recursos originários das compensações financeiras contemplados na Lei Federal n. 7.990/89 e alterações legislativas posteriores não admitem aplicação em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal, nem mesmo no pagamento de dívidas para a União e suas entidades. Vedada, também, utilização para capitalização de fundos de previdência.
- c)** Os recursos originários das compensações financeiras contemplados na Lei Federal n. 7.990/89 e alterações legislativas posteriores não admitem aplicação em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal, exceto no pagamento de dívidas para a União e suas entidades. Os Municípios podem, todavia, pagar seu funcionalismo público com os referidos recursos, desde que consultado o Tribunal de Contas competente este verifique que a referida utilização não ultrapassa 30% (trinta por cento) destes recursos, condicionada sua utilização a somente um exercício financeiro.
- d)** Os recursos originários das compensações financeiras contemplados na Lei Federal n. 7.990/89 e alterações legislativas posteriores não admitem aplicação em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal, exceto no pagamento de dívidas para a União e suas entidades. Admitem, também, utilização para capitalização de fundos de previdência.

**85.** Sobre a Competência dos entes federativos em matéria de concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais é **CORRETO** afirmar que:

- a) É competência privativa da União registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- b) É competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- c) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- d) É competência privativa da União fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

86. Acerca da Gestão de Florestas Públicas é **CORRETO** afirmar:

- a) A gestão de florestas públicas para produção sustentável compreende a criação de florestas nacionais e estaduais, segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; a destinação de florestas públicas às comunidades locais nos termos da Lei Federal de Gestão de Florestas Públicas; a concessão de florestas naturais, exceto as plantadas. Vedada a concessão de unidades de manejo das áreas protegidas de florestas.
- b) O Poder Público não poderá exercer diretamente a gestão de florestas nacionais, estaduais e municipais criadas nos termos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, pois não lhe é facultado nesta hipótese, nem mesmo para execução de atividades subsidiárias, firmar convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos similares com terceiros, que não seja exclusivamente a concessão.
- c) O Poder Público poderá exercer diretamente a gestão de florestas nacionais e estaduais criadas nos termos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Preservação, sendo-lhe vedado identificar para dar destinação às comunidades locais antes das concessões florestais.
- d) A gestão de florestas públicas para produção sustentável compreende a criação de florestas nacionais, estaduais e municipais, segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; a destinação de florestas públicas às comunidades locais nos termos da Lei Federal de Gestão de Florestas Públicas; a concessão de florestas, incluindo florestas naturais ou plantadas e as unidades de manejo das áreas protegidas de florestas criadas segundo a Lei do SNUC.

87. Analise as proposições abaixo sobre concessão florestal e assinale a **CORRETA**:

- a) A concessão florestal será autorizada em ato do poder concedente e formalizada mediante convênio, que deverá observar os termos da Lei Federal n. 11.284/2006, das normas pertinentes e do edital de alienação.
  - b) A concessão florestal será autorizada em ato do poder concedente e formalizada mediante decreto, que deverá observar os termos da Lei Federal n. 11.284/2006, dispensada a licitação nas unidades de manejo previstas no plano de outorga anual.
  - c) A concessão florestal será autorizada em ato do poder concedente e formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos da Lei Federal n. 11.284/2006, das normas pertinentes e do edital de licitação.
  - d) É vedada em qualquer hipótese a concessão florestal na Lei Federal de Gestão de Florestas Públicas, já que poderão ser utilizados apenas o instrumento de permissão ou autorização de detenção de imóvel público (ADIP).
- 88.** Analise as proposições abaixo sobre o Zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e assinale a **CORRETA**:
- a) O ZEE orientar-se-á pela Política Nacional do Meio Ambiente, pelos diplomas legais aplicáveis, e obedecerá aos princípios da função sócio-ambiental da propriedade, da prevenção, da precaução, do poluidor-pagador, do usuário-pagador, da participação informada, do acesso equitativo e da integração.
  - b) O ZEE não tem relação com os critérios e instrumentos para fins de localização da reserva legal.
  - c) A contribuição com a execução e implementação do zoneamento ecológico-econômico não é objetivo da Política Estadual de Florestas e demais formas de vegetação (Lei Paraense n. 6.462/2002), não sendo este um instrumento da referida política.
  - d) O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) para efeitos de concessão florestal prescinde do Zoneamento Ecológico-Econômico nacional e estadual, já que se vale dos demais instrumentos que disciplinam o uso, a ocupação e a exploração dos recursos ambientais e por ser considerado matéria de segurança nacional pela própria Lei Federal n. 11.284/2006.

**89.** Analise as proposições abaixo de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000 - LRF) e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Estão obrigados a observar a LRF todos os entes da federação, nele compreendidos o Poder Legislativo, apenas a administração direta do Poder Executivo e o Poder Judiciário, inclusive o Ministério Público.
- b) Estão obrigados a observar a LRF todos os entes da federação, nele compreendidos o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. A LRF não se aplica, contudo, ao Ministério Público e os Tribunais de Contas, já que estes exercem o controle externo.
- c) Estão obrigados a observar a LRF todos os entes da federação, nele compreendidos o Poder Legislativo, os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário, o Ministério Público e no Poder Executivo a Administração Direta, bem como as fundações, autarquias e empresas estatais dependentes.
- d) Estão obrigados a observar a LRF todos os entes da federação, nele compreendidos o Poder Legislativo, os Tribunais de Contas, o Ministério Público e no Poder Executivo a Administração Direta, bem como as fundações, autarquias e empresas estatais.

**90.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A receita corrente líquida é a proveniente da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público, destinados a atender despesas classificadas em despesas correntes e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.
- b) A empresa estatal dependente é a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- c) A empresa estatal dependente é a empresa coligada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas exclusivamente de capital, inclusive, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- d) A receita corrente líquida é proveniente de uma rubrica destacada no orçamento referente a uma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços ou transferências correntes e outras receitas correntes sem possibilidade de dedução.

91. Analise as proposições abaixo de acordo com as categorias econômicas da despesa previstas na Lei Federal n. 4.320/64 e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os investimentos e as inversões financeiras são despesas correntes.
- b) Os investimentos e as inversões financeiras são despesas de custeio.
- c) Os investimentos, as inversões financeiras e as despesas de custeio são despesas correntes.
- d) Os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital são despesas de capital.

92. São sanções impostas aos entes federativos segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) Proibição de receber transferências voluntárias de quaisquer naturezas; proibição total de contratar operações de crédito (empréstimos), ressalvada a possibilidade de obtenção de garantias de outro ente.
- b) Proibição de receber transferências voluntárias, exceto as destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social; proibição de contratar todas e quaisquer operações de crédito (empréstimos) e proibição de obter garantias de outro ente.
- c) Proibição de receber transferências voluntárias, exceto as destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social; proibição de contratar operações de crédito (empréstimos), exceto os destinados ao refinanciamento do principal da dívida mobiliária (dívida decorrente da emissão de títulos públicos) ou para custear programas de demissão voluntária (PDV) e proibição de obter garantias de outro ente.
- d) Proibição de receber transferências voluntárias, exceto as destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social; proibição de contratar operações de crédito (empréstimos), inclusive os destinados ao refinanciamento do principal da dívida mobiliária (dívida decorrente da emissão de títulos públicos) ou para custear programas de demissão voluntária, proibição de obter garantias de outro ente e sanções penais.

93. Sobre a anulação de despesas é **CORRETO** afirmar:

- a) A despesa pode ser anulada no próprio exercício financeiro em que foi empenhada ou em exercícios futuros, em tudo observada a legislação em vigor.
- b) A despesa pode ser anulada somente no próprio exercício financeiro em que foi empenhada, vedada a sua anulação em exercícios futuros, em tudo observada a legislação em vigor.



- c) A despesa pode ser anulada no próprio exercício financeiro em que foi empenhada ou em exercícios futuros, em tudo observada a legislação em vigor. Nesta última hipótese mediante comunicação ao Ministério Público.
- d) A despesa uma vez liquidada não pode ser anulada em nenhuma hipótese, na forma da legislação em vigor.

**94.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar (parcelas de amortização e de juros da dívida fundada); os depósitos (consignações ou cauções e garantias recebidas em função de execução de obra pública); os débitos de tesouraria (ARO – operações de crédito por antecipação de receita).
- b) A dívida flutuante compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos. Será escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer tempo, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.
- c) A dívida flutuante compreende os compromissos financeiros assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens e de derivativos financeiros.
- d) A dívida flutuante é dívida fundada, excluídas as parcelas de amortização.

<b>XI - DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO</b>
---

**95.** Consoante a jurisprudência do TST, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
- b) Cabem embargos de declaração contra decisão monocrática de provimento ou de denegação de recurso, com fundamento no artigo 557 do CPC, sendo julgados monocraticamente, a não ser que o embargante postule efeito modificativo, caso em

que serão convertidos em agravo, pelos princípios da fungibilidade e da celeridade processuais, e submetidos ao Colegiado.

- c) É incabível o mandado de segurança contra sentença homologatória de adjudicação, uma vez que existe meio próprio para impugnar o ato judicial, consistente nos embargos à adjudicação.
- d) O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, desde que renovado em contra-razões.

96. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) No processo trabalhista, a nulidade será obrigatoriamente pronunciada quando argüida pela parte à primeira vez que tiver de falar em audiência ou nos autos, não podendo ser suprida.
- b) Na Justiça do Trabalho, a compensação está restrita a dívidas de natureza trabalhista, podendo ser argüida nas fases de conhecimento e de execução, a fim de não promover o enriquecimento sem causa do autor.
- c) Consoante a jurisprudência do TST, a parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença, das quais ficará isenta a parte vencida.
- d) Na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, ainda que a decisão seja suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo tribunal.

97. Consoante a jurisprudência do TST, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O seqüestro de verbas públicas para a satisfação de precatórios trabalhistas só é admitido na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, a ela se equiparando a situação de não-pagamento do precatório até o final do exercício, quando incluído no orçamento.
- b) Há dispensa da expedição de precatório, na forma do artigo 100, §3º, da CF/88, quando a execução contra a Fazenda Pública não exceder os valores definidos, provisoriamente, pela Emenda Constitucional n. 37/2002, como obrigações de pequeno valor, inexistindo ilegalidade, sob esse prisma, na determinação de seqüestro da quantia devida pelo ente público.

- c) É cabível mandado de segurança contra atos praticados pela Presidência dos Tribunais Regionais em precatório em razão de sua natureza administrativa.
- d) Em sede de precatório, por se tratar de decisão de natureza administrativa, não se determina a remessa necessária em caso de decisão judicial desfavorável ao ente público.

98. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. Consoante a jurisprudência do C. TST, o desconhecimento do estado gravídico da empregada gestante pelo empregador quando de sua dispensa, afasta o direito ao pagamento de indenização decorrente da estabilidade.
- II. A aposentadoria por invalidez é causa de extinção do contrato de trabalho.
- III. Consoante a jurisprudência do TST, aos empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitidos mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade no serviço público.
- IV. Admite-se, consoante a jurisprudência do TST, a compensação da jornada de trabalho, desde que prevista em acordo individual escrito, em convenção ou em acordo coletivo de trabalho; todavia, a prestação de horas extras habituais a descaracteriza, devendo as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal ser pagas como extras.
  - a) I e II estão corretas.
  - b) III e IV estão corretas.
  - c) I e IV estão corretas.
  - d) II e III estão corretas.

99. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Consoante a jurisprudência do TST, faz jus ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma eventual ou intermitente, sujeite-se a condições de risco, podendo ser fixado seu pagamento em valor inferior ao previsto em lei, desde que pactuado em acordos ou convenções coletivas.
- b) Terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar de trabalhar, com percepção de salários, ainda que por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa a ele não imputável.
- c) Consoante a jurisprudência do TST, o empregado que, durante o prazo de aviso prévio, cometer quaisquer das faltas consideradas por lei como justas para a rescisão, perde o direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

- d) Consoante a jurisprudência do TST, cumprida a jornada no período noturno e prorrogada esta para além das 5 (cinco) horas do dia seguinte, devido é também o adicional noturno quanto às horas prorrogadas.
- 100.** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Consoante a jurisprudência do TST, a sucessão por Estado-membro de uma sociedade de economia mista torna inválida a penhora de bens já efetivada, devendo a execução trabalhista prosseguir mediante precatório.
- b) As cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento.
- c) Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.
- d) Consoante a jurisprudência do TST, a verificação, mediante perícia, de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.

**FIM**